



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

NATIANE DE CARVALHO SILVA DE ARAÚJO

**A transição da Monarquia para República: a elite política paraibana entre
mudanças e permanências**

**GUARABIRA
2023**

NATIANE DE CARVALHO SILVA DE ARAÚJO

A transição da Monarquia para República: a elite política paraibana entre mudanças e permanências

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Área de concentração: História, Relações de Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes

**GUARABIRA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A658t Araujo, Natiane de Carvalho Silva de.
A transição da Monarquia para República [manuscrito] : a elite política paraibana entre mudanças e permanências / Natiane de Carvalho Silva de Araujo. - 2023.
26 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes, Coordenação do Curso de História - CH. "

1. Monarquia. 2. República. 3. Mudanças políticas. 4. Famílias na política. I. Título

21. ed. CDD 981.33

NATIANE DE CARVALHO SILVA DE ARAÚJO

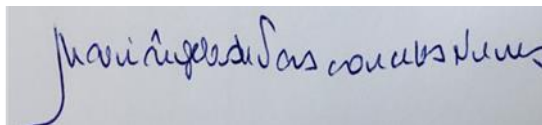
A transição da Monarquia para República: a elite política paraibana entre mudanças e permanências

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

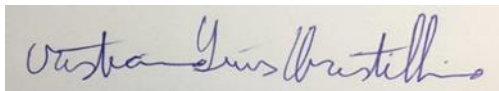
Área de concentração: História, Relações de Poder.

Aprovada em: 30/11/2023.

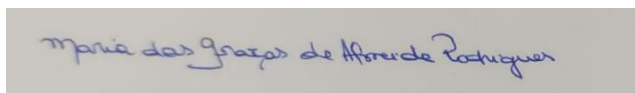
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Mestranda Maria das Graças de Almeida Rodrigues
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A minha esposa, pais, familiares, pela
dedicação companheirismo e amizade,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por todos esses anos que percorri até chegar aqui, mesmo com as dificuldades. Minha esposa pois me ajudou muito, me apoiando, incentivando, guiado, Elidiane Nascimento, muito obrigada. Além dos meus pais José Batista (seu Zezinho Salú), Elisangela de Carvalho (Dona Ninha) por ter me ensinado e apoiado em todos os momentos dessa minha trajetória, meus irmãos Wilson de Carvalho por ter dedicado o seu tempo para me auxiliar e meus irmãos Wellington, Willame, Natelma e Naiany de Carvalho.

A minha professora e orientadora Mariângela de Vasconcelos Nunes agradeço pelo comprometimento, ao professor do departamento de história Cristiano Christillino por me ajudar nesses anos de curso, pela paciência, dedicação e compreensão.

Obrigada a todes!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Senadores da Paraíba entre 1856-1890	22
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMB	Partido Moderador Brasileiro
PSN	Partido Social Nacionalista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A GUERRA DO PARAGUAI: UM DIVISOR DE ÁGUAS	10
2.1 Partido Republicano e a insatisfação dos fazendeiros.....	12
2.2 A Igreja Católica, a Maçonaria e a princesa Isabel	14
2.3 O Golpe do Exército.....	15
3. REPÚBLICA, MAS QUAL SERIA ESSA?	18
3.1 Primeiros Governadores da Paraíba na República.....	20
3.2 Senadores da Monarquia 1856-1889 e Senadores da República 1890.....	21
3.3 Deputados Gerais da Paraíba 1889 e Deputados Federais de 1890-1893	23
3.4 Deputados Provinciais da Paraíba 1888-1891 e Deputados Estaduais de 1891-1894.....	24
4. CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS	27

A transição da Monarquia para República: a elite política paraibana entre mudanças e permanências

RESUMO

Este trabalho tem como propósito analisar a transição da monarquia para república focando nos políticos que continuaram no poder no contexto político brasileiro e paraibano. Procura-se demonstrar como a elite política se adaptou a nova conjuntura política, revelando as suas estratégias. Utilizamos como base historiográfica José Murilo de Carvalho (2008), Lilia Schwarcz (2015), José Francisco de Moura (1899), dentre outros autores. Como resultados percebe-se que muitos políticos continuaram no poder após a transição para república e outros nomes apareceram pela primeira vez.

Palavras-Chave: Monarquia; República; Mudanças políticas; Famílias na política.

The transition from Monarchy to Republic: the Paraíba political elite between changes and permanence

ABSTRACT

This work aims to analyze the transition from monarchy to republic focusing on the politicians who continued in power in the Brazilian and Paraíba political context. It seeks to demonstrate how the political elite adapted to the new political situation, revealing their strategies. We used as historiographical basis José Murilo de Carvalho (2008), Lilia Schwarcz (2015), José Francisco de Moura (1899), among other authors. As a result, it is clear that many politicians continued in power after the transition to the republic and other names appeared for the first time.

Keywords: Monarchy; Republic; Political changes; Families in politics.

1. INTRODUÇÃO

A historiografia sobre o fim da Monarquia e a ascensão da República tem recebido novas contribuições. Foi uma conjuntura complexa envolvendo o fim do reinado de Dom Pedro II. Os principais fatores que contribuíram para isso foram: Guerra do Paraguai, Partido Republicano e a insatisfação dos fazendeiros, os movimentos abolicionistas, a Igreja Católica, a Maçonaria e a falta de apoio da princesa Isabel junto a elite da época.

Aqui será analisado como o período monárquico chegou ao fim em 1889 e o republicano se desenvolveu após a queda. Após Golpe do Exército contra a monarquia foi implantado um novo regime, Republicano, governado provisoriamente por militares das diversas áreas e cargos, presidente, ministros.

A República é a organização política com base na democracia, mas nos primeiros anos foi governada por um governo autoritário militar. O primeiro presidente, Deodoro da Fonseca, governou com “braço forte” nada de “mão amiga” com repressões contra pessoas que era contra seu governo, críticos a forma que estava administrando o país.

Destacaremos, ainda a conjuntura política da Paraíba no período monárquico, como os deputados gerais, deputados províncias e senadores imperiais se estabeleceram no quadro de cargos, analisando alguns nomes e anos que ficaram no poder, como continuaram na república alguns deles, ou mesmo seus parentes.

2. A GUERRA DO PARAGUAI: UM DIVISOR DE ÁGUAS

A Guerra do Paraguai foi uma soma de questões geopolíticas, econômicas, territoriais da Bacia da Prata, entre os países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Cada uma delas com seus próprios interesses, como relatam Lilia M. Schwarcz; Eloisa M. Starling (2016):

No início da década de 1860, as tensões nas fronteiras do Prata achavam-se fragilmente serenadas. Em torno de dois grandes rios, Uruguai e Paraguai, quatro Nações dividiam limites e intenções distintas: para o Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Em discurso estava, além do acesso à navegação na bacia Platina, a hegemonia sobre o lugar e a conformação de diferentes processos nacionais (Schwarcz; Starling, 2016, p. 242).

Em meados de 1864 eclodiu uma guerra civil no Uruguai, entre dois partidos, Partido Colorado com o general Venâncio Flores e o Partido Blanco, com Atanásio Aguirre. O Brasil entrou em apoio ao Partido Colorado junto com a Argentina, influenciados pelo medo que as propostas de Aguirre tomassem forma, um discurso que visava expandir seu território sem medo de ameaças de nações vizinhas.

O Brasil sendo Império, com uma monarquia até então forte, era rodeado por repúblicas independentes instáveis. Em 1864, criadores de gado sul-rio-grandenses que estavam instalados no lado uruguaio foram alvos de ataques: “Império lançou um ultimato exigindo providências rápidas contra supostos abusos sofridos por brasileiros lá resistentes e pressões sobre criadores de gado rio-grandense instalados do outro lado da fronteira” (Schwarcz; Starling, 2016, p. 243).

O Império mandou soldados para invadir a nação vizinha contra as retaliações sofridas. A guerra teve em média mais de cinco anos de duração, e foi o maior conflito da história da América do Sul. Levou a morte de milhares de soldados no decorrer dessa sangrenta luta armada. Teve seu fim em 1870 com milhares de mortos em ambos os lados. Vale ressaltar, que muitos negros escravizados e libertos, lutaram na guerra pelo Governo Imperial do Brasil. Schwarcz; Starling (2016) apontam que:

(...) para evitar alistamento forçado, muitos senhores passavam a enviar seus cativos, como forma de se livrar do “castigo da guerra”. Nas reuniões do Conselho de Estado do ano de 1866, as opiniões se dividiam: uns eram a favor e outros eram contra a presença de negros libertos nas fileiras do Exército (p. 245).

Muitos escravizados foram para a guerra defender o Império, ao voltar continuaram presos aos brancos, muitos morreram sonhando em uma liberdade, mas o império não se importava com suas mortes. Alguns ex-escravizados foram servir, mas não tinha os mesmos direitos que os brancos, muitos negros heróis de guerra mas sem glória, vendo seus familiares sendo humilhados e submetidos a escravidão, esses foram uns dos pontos para o enfraquecimento da monarquia perante o Exército e ao povo negro.

Com o fim da guerra, o Brasil saiu vitorioso, mas como todo conflito bélico ambos os lados sofreram mortes e prejuízos financeiros, embora o Paraguai tenha sido o que mais perdeu em todos os sentidos, pois grande parte da guerra foi em seu território. No Brasil houve um balanço de gastos em torno da guerra: “O Brasil havia gastado mais de 600 mil contos de réis, agravando uma situação de dependência financeira em relação à Inglaterra” (Schwarcz; Starling, 2016, p. 247). No pós-guerra

a nação ficou com dívidas e assim sem dinheiro para investir em estradas, escolas, ferrovias, entres outras prioridades. Um problema enorme para o Reinado de Pedro II, entretanto o imperador saiu com força diante da população brasileira. Mas não por muito tempo, pois o Exército saiu ainda mais forte, criando assim personagens, heróis nacionais como Marechal Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, Marechal Manuel Luís Osório, Marques do Herval, Almirante Francisco Manoel Barroso da Silva, homens brancos. Onde estão os heróis do povo que lutaram e morreram? Homens negros, esquecidos pelo Império e a sociedade que os transformam em marginalizados.

Desde antes da guerra os movimentos abolicionistas já estavam em evidência. Teve diversas leis, uma delas foi em 1871- o Ventre Livre - que foi um passo importante, mas não fazia muito efeito já que suas mães ainda eram escravizadas, e seus filhos teriam que viver com elas até os 21 anos, de certa forma submetidos ao mesmo ambiente.

2.1 Partido Republicano e a insatisfação dos fazendeiros

Após a Guerra do Paraguai os descontentamentos contra a monarquia cresceram, muitos cidadãos se posicionaram a favor de uma nova forma de governo. Essa seria a República. Com isso a questão da abolição da escravidão estava mais em evidência, porque os negros eram valorizados no exército mas não na sociedade, na qual eram marginalizados, ao decorrer da guerra os ex-escravizados homens livres, e os escravizados ainda presos ao sistema escravocrata, e os homens brancos, todos soldados desenvolveram uma empatia de certa forma por eles, quando chegou ao fim da guerra, os soldados, o exército não quis mais capturar os escravizados que fugiam, pois não acreditavam mas nesse sistema, homens que lutaram juntos, sendo ainda submetidos a escravidão.

Em 13 de maio de 1888 aconteceu a assinatura da Lei Áurea pela princesa imperial regente do Brasil: "Isabel veio de Petrópolis num domingo, 13 de maio, a fim de transformar, com sua assinatura, o projeto de lei" (Mary dele Priore, 2013, p. 244). Isabel, assim, foi vista como heroína, recebendo homenagens principalmente por ex-escravizados, mas por fazendeiros e alguns políticos não. Sendo o último país das américas a decretar o fim da escravidão, muito tardiamente, com décadas de lutas

conseguiram a liberdade, os escravizados que lutaram tanto, fugindo, se rebelando, lutando de diversas formas, com a construção de quilombos, marco forte da luta pela liberdade, tantos escravizados fugiram e lá conseguiram abrigo, e não deixaram de sonhar com o Brasil de liberdade para seu povo.

Assim, a princesa Isabel foi mera ilusão, nunca lutou pelo fim da escravidão, só fez assinar uma declaração de abolição, mas os verdadeiros heróis, os escravizados que lutaram contra opressão, fugindo das fazendas, criando os quilombos que aumentaram essas fugas, além de, Joaquim Nabuco, Silva Jardim, Luís Gama, José do Patrocínio e Antônio Bento, que apoiaram o fim da escravidão no Brasil. Os escravizados que lutaram, morreram e enfrentam um sistema violento até conseguir extingui-lo, e chegar a liberdade, ainda que fosse uma liberdade que não lhes assegurava nenhuma garantia social de aspectos como moradia, por exemplo. E para onde iriam essas pessoas? Sem terra, sem dinheiro nem documentos, sem instrução para formar uma nova vida em liberdade, mas com alma livre.

Além disso, nasce em 1870 o Partido Republicano no Rio de Janeiro:

Em 3 de dezembro de 1870 foi publicado o jornal *A República*, que trazia estampado o “Manifesto republicano brasileiro”, o mesmo que daria base para fundação de um Novo partido em 17 de Janeiro de 1872. Formado inicialmente por profissionais liberais ligados a setores urbanos, nomeadamente paulistas, o Partido Republicano organizou seu primeiro congresso em Julho de 1873, quando reforçado por novos adeptos de fôlego fazendeiros paulistas que, descontentes com o que considerava-se uma política intervencionista do estado, passaram a engrossar as fileiras da oposição à monarquia (Schwarcz; Starling, 2016, p. 249).

Com a entrada dos fazendeiros paulistas no Partido Republicano, os políticos pouco falavam sobre abolição, pois os fazendeiros eram proprietários de escravizados, então para manter o apoio tendo em vista não criar atritos com os poderosos fazendeiros do café não mencionavam sobre.

Os republicanos, dessa forma, não apoiaram o abolicionismo. Sem projetos concretos, deixaram na mão da monarquia, além de ressaltarem que o governo deveria pagar indenização para os fazendeiros, pois eles iam perder dinheiro investido nos escravizados.

Chegava assim desagrado dos fazendeiros insatisfeitos com os rumos do Governo Imperial, já que era para ter a abolição. Eles queriam de todas as formas indenizações altíssimas, mas o Governo Imperial não chegava a uma conclusão sobre indenização: “o Imperador resistia ao debate político: o certo é aqui, embora se

afirmasse encontrar a escravidão, jamais usou de seu poder no sentido de apressar a abolição” (Schwarcz; Starling 2015, p. 249).

Além de que no pós-guerra do Paraguai a escravidão ficou insuportável de manter nos olhares do Exército, pois muitos ex-escravizados e escravizados lutaram juntos com eles para o fim da guerra, um sentimento forte, assim o Exército deixou de capturar os escravizados fugidos, uma dor de cabeça para os fazendeiros.

2.2 A Igreja Católica, a Maçonaria e a princesa Isabel

Mesmo que Dom Pedro II nunca tenha se afiliado a maçonaria, a Igreja Católica já estava em conflito, pois a maçonaria no Brasil crescia e a igreja não aprovava envolvimento de políticos com essa intuição até mesmo em meio ao governo de Pedro.

Pedro II entrou em atrito com a Igreja Católica, pois a igreja interferia nas questões políticas:

(...) desde 1874 existe um abismo político entre a igreja e o estado. O estopim teria sido a prisão de dois bispos – Dom Vital e Dom. Macedo Costa -- que haviam procurado restringir as atividades da Maçonaria no Brasil. Mas a razão de fundo era a mais profunda, e estava ligada a uma disputa acerca da hegemonia e autonomia da condução de negócios e das decisões do Estado (Schwarcz; Starling, 2016, p. 260).

O poder da maçonaria era muito forte no jogo político, alguns membros dessa associação eram contra uma mulher no poder. Isabel era católica, estava indo em contramão aos interesses políticos da elite maçom, a sua religiosidade era alvo de conflitos entre Igreja e monarquia. Princesa Isabel era mal vista pela sociedade política, a elite não via com bons olhos uma mulher católica religiosa casada com o príncipe francês Gastão de Orléans, conde d’Eu, um estrangeiro, assim, com uma possível sucessão dela para o trono brasileiro com um Terceiro Reinado, a elite imagina que isso significaria dar ao governo para um estrangeiro. Assim, a Igreja Católica, que tinha influência no Império, criticava a maçonaria por seu envolvimento na política, até mesmo no fim da escravidão como Mary Del Priore (2013) revela:

O episcopado, como os libertos, tentava blindar a princesa. O sermão declarou a “fidelidade à instituição monárquica”. A luta doravante seria contra o positivismo, a maçonaria e o ateísmo. Tal como queria a igreja de Roma (Del Priore 2013, p. 260).

Pós abolição os fazendeiros se afastaram da base do poder do governo Imperial, por insatisfação indo às presas para a base republicana.

Mais do que as perdas materiais, a abolição levou ao desprestígio de uma minoria muito ativa viva e extremamente ligada ao trono que rapidamente se debandaram para o lado dos republicanos. Por mais que a monarquia tenha compensado os proprietários rurais que se sentiram lesados com títulos de baronato a falta de indenização selará o rompimento com o estado (Schwarcz; Starling 2016, p. 257).

A política é um jogo de ação e oportunismo, nesse sentido os fazendeiros donos de escravizados, insatisfeitos saíram da base do Império e foram para os republicanos, visando algo maior, talvez uma vingança de certa forma, por não ter recebido o que almejavam ter direito, assim o jogo virou e as pessoas que estavam no apoio a monarquia se instalavam aos republicanos, um apoio forte, dinheiro e influência já tinha.

Os fazendeiros grandes proprietários de terras, com influências e dinheiro, logo em seguida o exército, os republicanos estavam fortes, o perigo estava por começar, o golpe por vim.

2.3 O Golpe do Exército

Como ressalta Renato Lemos (2010), “O golpe estaria preparado há anos, e os primeiros indícios de insubordinação militar dataria do fim da Guerra do Paraguai” (p. 412).

Com a crise pós-guerra do Paraguai o governo do império se endividou. Mas o Exército cresceu e saiu valorizado do conflito. A monarquia não ajudou os escravizados que serviram na guerra, não libertou os que ainda estavam como escravizados, e nem organizou comemorações para os soldados vindo da guerra. O Exército, querendo o mérito e glória, não recebeu tudo o que almejava. Além disso havia questões como a crise na política e o desgaste com a Igreja Católica, fazendeiros contra o império, o poder da elite a favor de uma república e contra a monarquia após a Abolição.

Em 1881 dois candidatos militares concorreram no Rio de Janeiro à câmara dos deputados. Como diz Renato Lemos (2010) foi uma tentativa de contar com representantes no Congresso para tratar das questões sobre o Exército, um discurso à favor do grupo militar, o aprimoramento de salários, aposentadorias, pensões, e que

fossem ouvidas e aprovadas a favor deles, mas foram derrotados nas urnas, além de outras tentativas frustradas. Desta forma, os militares já não estavam se agradando com a elite Imperial, a Monarquia, e sem ganhar nenhuma no congresso.

A defesa de interesses corporativos levou militares a tentar o envio de um representante ao Congresso. Em 1881, dois candidatos militares concorreram no Rio de Janeiro à Câmara dos Deputados, na primeira experiência de eleições diretas no país. Foi uma campanha de fundo corporativo que responsabilizava os grupos políticos dominantes por problemas como pagamento incerto de soldos e pensões, o baixo valor dos soldos, a lentidão nas proporções, a inexistência de uma lei de aposentadoria compulsória que permitisse a abertura de vagas para oficiais jovens, o descumprimento da promessa imperial de propriedade para os veteranos da Guerra do Paraguai no preenchimento de vaga no serviço civil e más condições de vida no serviço. Foram derrotados, mas “a campanha revelou a profundidade da hostilidade militar elite à imperial” (Lemos, 2010, p. 419-420).

Em meados de 1889 o Partido Republicano Paulista começou a participar de reuniões em quartéis do Exército.

Um dos últimos momentos de empoderamento do Império foi o Baile na Ilha Fiscal, tão luxuoso, elegante, tudo gasto com o dinheiro do povo, um verdadeiro baile da realeza, feito para Marinha Chilena, nele estavam a família Imperial, e seus subordinados, a elite, só não o exército.

Enquanto Dom Pedro II estava no Baile na Ilha Fiscal, junto com sua família, convidados chilenos e pessoas da elite, os militares estavam no quartel em reunião secreta, fazendo estratégias para dar um golpe militar contra a monarquia e tirar o imperador do poder.

enquanto isso, os militares encontravam-se em seu clube, para começar a confabular. Na agenda apertada do golpe os dias passavam rápido, e já no dia 10 Deodoro da Fonseca, Benjamin Constantim, Solon Ribeiro, Rui Barbosa e os chefes republicanos Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Aristides Lobo se reuniam na casa do próprio general: Deodoro precisava ainda de ser convencido, e insistia dizendo que preferia esperar pela morte do Imperador. Para animar o velho militar, sobravam boatos e denúncias intrigando o Exército e a realeza (Schwarcz; Starling 2015, p. 260).

O Partido Republicano do Rio de Janeiro pregou em seu manifesto a luta por um país democrático, criticando a política existente até então, especialmente contra a corrupção e os privilégios. E com isso teriam que mudar a forma de governo partindo para República.

Como alternativa, propunha a reforma da sociedade por meios pacíficos, através da implementação de uma República Federativa e democrática, baseada na soberania do povo e administrada por um governo representativo e responsável (Lemos, 2010, p. 413).

Em 15 de novembro de 1889 o marechal Deodoro da Fonseca marchou com soldados para acabar com o Governo Imperial de Dom Pedro II, decretou a República com um golpe de Estado, assim a Proclamação foi imposta sem a participação popular. Segundo Aristides Lobo o povo não sabia o que estava acontecendo e o que iria acontecer assistindo assim “bestializados”:

Em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistiria a tudo bestializados, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar (Carvalho, 1987, p. 9).

Já em uma nova releitura, uma análise de Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga (2023) reflete sobre dois autores acerca do mesmo tema, o povo “bestializado”. José Murilo de Carvalho (2019) remete a o que Aristides falou, sobre o povo não saber o que estava acontecendo e Maria Thereza Chaves de Mello argumenta que com ajuda da propaganda dos jornais a república começa a surgir no imaginário das pessoas: “Assim, qual seria a diferença na abordagem entre José Murilo de Carvalho e Maria Thereza? O que era indiferente ou foi convencido pela propaganda? Qual é o ponto de inversão entre os dois trabalhos” (Braga, 2023, p. 306). Segundo a autora,

A resposta é: a imprensa republicana. Isso porque havia imprensa das mais variadas orientações políticas no Brasil desde o surgimento em 1825. No caso específico do final do Império, tema deste capítulo, a imprensa era o principal veículo de informação que circulava no país (Braga, 2023, p. 306).

Tendo em vista que, os novos estudos apontam que a proclamação da república chegava ao povo, então de certa forma, o povo sabia o que acontecia, que a república estava nascendo, mesmo sendo uma república voltada naquele momento sem a participação do povo, sem ser democracia (pois foi um golpe militar sem ter eleições para um presidente ser eleito e sim imposto). Logo, o povo não era tão bestializado quanto apontado por Aristides Lobo.

Deodoro sendo um dos líderes desse golpe se tornou o primeiro presidente do Brasil, por vias não democráticas, sendo o que o Partido Republicano tanto ressaltava.

A monarquia, encabeçada por Dom Pedro II, não fez nada sobre o golpe que teria sofrido, talvez o monarca tivesse imaginado que o povo iria se rebelar contrário a república, ou mesmo já estava cansado demais para lutar, já que a um tempo estava viajando pelo mundo e não lidava muito com as questões políticas internas, já que sua filha Isabel estava com regente. Eis que a Família Real foi expulsa da nação brasileira:

No dia 17 de novembro de 1889, um domingo, as três da madrugada viva a família real partiu acompanhada por alguns poucos autoexilados. Dizem que os novos dirigentes acharam por bem evitar a luz do dia e impedir qualquer reação da população. Já o Imperador procurando manter uma postura altiva, deixava saber que só levaria consigo a primeira edição de Camões (Schwarcz; Starling, p. 263).

3. REPÚBLICA, MAS QUAL SERIA ESSA?

Uma República nascida de um golpe de estado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Derrubaram a monarquia e instalaram uma república que não era democrática, sem o povo participando de eleições presidenciais, com um presidente de atitudes autoritárias, instalando a censura nos jornais da época.

Deodoro da Fonseca se torna então o primeiro presidente do Brasil depois da proclamação da república em 1889, logo em seguida o Estado se separa da Igreja. A derrubada da monarquia para transformar em república foi um golpe militar. Mesmo com a mudança de monarquia para república os grupos políticos da elite continuaram na ativa.

Mudou a forma de governar de Monarquia para República, mas os políticos estavam mais fortes ainda junto com suas famílias, as oligarquias crescendo mais que nunca, tanto no Rio de Janeiro como em outros estados, como a Paraíba.

Com a República os símbolos que de alguma forma faziam lembrar a monarquia foram trocados, edifícios, nomes de cidades, qualquer coisa que lembrasse a monarquia trocou de nome, uma delas, O Largo do Paço, passou a ter nome de 15 de novembro, o Colégio Dom Pedro II passou a ser chamado de Colégio Nacional, entre tantos outros.

O governo do primeiro presidente Deodoro não achou calma em seu exercício, por ser um ex-militar tinha uma linha mais autoritária em suas decisões, fazendo assim um governo ditatorial, fazendo suas próprias regras.

Em 1891 eclodiu a primeira Revolta da Armada, também conhecida como Revolta da Esquadra. O estopim estava ligado ao governo autoritário de Deodoro, que, em flagrante violação da Constituição daquele ano, ordenou o fechamento do Congresso. A medida era resultado, em grande parte, da instabilidade do presidente em lidar com a oposição (Schwarcz; Starling, 2015, p. 265).

Além de instabilidade de não saber lidar com a oposição, tramava contra a imprensa através da censura. As notícias publicadas estavam a favor do governo, e não ao contrário, com notícias falsas. O presidente se tornou um verdadeiro ditador.

Em meio de tanta turbulência a Marinha interviu contra o governo de Deodoro, que ameaçou com bombardeio ao Rio de Janeiro, uma grande reviravolta, o presidente do Brasil sendo ameaçado pelos seus aliados pelo motivo de ser autoritário.

Comandada pelo Almirante Custódio de Mello, boa parte da frota fundeada na baía de Guanabara sublevou-se: a Armada -- com a Marinha era chamada na época -- exigia a abertura do congresso, do contrário bombardearia o Rio de Janeiro. Para não ter de enfrentar a provável e derrota ou uma guerra civil. Deodoro renunciou em 23 de novembro (Schwarcz; Starling 2015, p. 265).

Deodoro caiu do posto de presidente e seu sucessor foi Floriano Peixoto seu vice, assim o segundo presidente do Brasil foi Floriano Peixoto, mais um militar no poder sem decretar eleições continuou assim um governo ditatorial com ele no comando da nação. Sabendo que ele articulou junto com os republicanos e o Exército para a queda da monarquia.

Mais uma vez a instabilidade na República, o governo de Floriano durante o período em exercício não viveu calma por muito tempo, com a insatisfação da Marinha contra seu governo, alguns oficiais suplicavam eleições presidenciais, mas nada foi atendido, assim o almirante Custódio de Mello entra novamente em conflito querendo poder, enquanto no Império era mais importante de alguma forma por prestação de serviços, Mello queria um golpe armado para tirar Floriano do poder.

Floriano, que andava enfrentando a Revolução Federalista no sul do país, reprimiu armada, governou o estado de sítio, e ganhou a alcunha de Marechal de Ferro. A Revolução Federalista resultou numa Sangrenta guerra civil que começou em 1893, só terminou em 1895 e contra pois o Partido Republicano Riograndense, favorável da ditadura republicana dos positivistas gaúchos, ao partido federalista, defensor da Constituição de 1891, da autonomia municipal e do governo federal com o poder centralizado. Já o movimento dos almirantes seria contido apenas em 1894, mas estava ferida aberta (Schwarcz; Starling, 2016, p. 265-266).

Depois da revolta, Floriano Peixoto caiu do seu posto de presidente, até então conhecido como Marechal de Ferro.

A República da Espada conhecida assim durante os governos de Deodoro e Floriano chega ao fim. Em 1894 teve a primeira eleição, sendo vencedor um político do Partido Republicano Paulista, Prudente de Moraes, terceiro presidente do Brasil, e o primeiro governo civil, sem deixar de lado as oligarquias.

3.1 Primeiros Governadores da Paraíba na República

Depois da proclamação da república em 1889, com a nova transição de Monarquia para República, a forma de governar mudou em alguns fatores, de Província ficou como Estado, presidente de província se tornou governador de estado, troca de nomes. Mas será que os políticos mudaram? Muitos políticos que estavam durante o tempo de Monarquia continuaram na República fazendo política, exercendo seu poder perante o povo, com o crescimento das oligarquias, a política das famílias da elite.

A instabilidade nacional veio junto com a república. No estado da Paraíba não foi diferente, já que o estado era composto por grupos familiares da política, as oligarquias, famílias comandando o território regional e nacional como Gomes (2017) remete:

Os primeiros anos da república na Paraíba forma marcados por incertezas. Do ponto de vista da crônica política vinculada na época, durante esse período o estado atravessou "uma ruidosa situação em que o despenhou um bando de torpes aproveitadores". Os redatores do jornal *Verdade*, por exemplo, estavam convencidos "de que o que se tem passado na capital, depois da proclamação da República, tem sido uma verdadeira continuação do decahido regime das immoralidades (Gomes, 2017, p. 1).

Assim essa continuação citada no texto de Gomes reflete sobre que as políticas da monarquia continuaram na república, a sua forma de governar voltada para famílias e políticos, não para o povo.

Em nível nacional quando Deodoro governou o país colocou pessoas da elite política no poder de governantes, com sua queda as pessoas que ele tinha colocado caíram juntos, algumas foram retiradas dos governos estaduais ou mesmo nas legislaturas.

Foi o que aconteceu com o primeiro governador do estado da Paraíba Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, sendo indicado pelo Governo Provisório de Deodoro, não eleito mais indicado em 16 de dezembro de 1889 o governador assume seu posto, sendo do partido PMB (Partido Moderador Brasileiro) ficou no cargo até em meados de 27 de novembro de 1891, a república no seu começo ainda não sendo democrática de fato, começando a engatilhar, sendo governada pela elite oligárquica, assim conhecida pela República Velha, ou mesmo Primeira República.

[...] 1889 a esperança do povo paraibano era depositada nos cidadãos que haviam sido nomeados para compor o governo de *legítima origem democrática*, sendo eles, o governador Venâncio Neiva, o seu chefe de polícia João Coelho Lisboa e o Secretário Geral Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (Gomes, 2017, p. 1).

Quando Deodoro cai, entra Floriano Peixoto no poder, as pessoas que Deodoro tinha colocado em cargo de liderança caíram junto, como Venâncio Neiva foi junto (Santos, 2022). Com Floriano Peixoto no poder como presidente, foi criada uma Junta governativa que se estabeleceu na Paraíba para governá-la foi composta por três homens: Cláudio de Amaral Savaget, que se torna o presidente dessa Junta, sendo Coronel, junto com Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Fernandes de Carvalho governando assim por três meses de 27 de novembro de 1891 a 18 de fevereiro de 1892, já em 18 de fevereiro de 1896 até 22 de outubro de 1896 Álvaro Lopes Machado chega ao poder como o “terceiro” governador pelo partido PSN (Partido Social Nacionalista) com o poder da oligarquias paraibanas.

A jornada da república não foi fácil do ponto nacional ao regional, estados sendo governados pelas elites políticas, os mesmo políticos que estavam na monarquia, os velhos políticos, a oligarquia e seu poder “reinando”. Quem liderava a nação, os Estados, eram a elite, essa elite que não ia deixar de liderar, a Paraíba e suas oligarquias como diz Lewin (1993):

Muito mais do que uma organização social, a parentela estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vinculavam de maneira personalística constituía-se dos membros da sua parentela. Os membros deste grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fortalecer-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários em seu município natal e o serviam lealmente nos cargos políticos de que fossem detentores ou nos postos do serviço público em que ingressavam por nomeação. (Lewin, 1993, p. 113)

As famílias que tinha poder na política eram muito mais que organizadas, eram fortes no contexto de está nesse território de liderança, como Lewin fala, seu município natal para conseguiram votos do povo, defendendo tais interesses para ganhar cargos públicos, o jogo sujo da política continua.

3.2 Senadores da Monarquia 1856-1889 e Senadores da República 1890

Ao analisar a lista de Senadores na Paraíba nos anos 1856 se concentrava em duas cadeiras no regime da monarquia, isso só vai mudar no começo da república que vai acrescentar mais uma cadeira, totalizando três.

Para contextualizar, os três últimos senadores da monarquia e os três primeiros da república são eles: Dr. Frederico de Almeida e Albuquerque senador entre 1856 e 1879, ficando por vinte anos no cargo; Flávio Clementino da Silva Freire, além de ter sido Barão de Mamanguape, senador entre 1869 e 1889, permanecendo vinte anos, e João Florentino Meira de Vasconcelos, senador 1880-1889, que esteve por nove anos à frente do cargo. Esses três senadores da monarquia foram escolhidos pelo governo imperial como era de praxe, percebendo que os dois primeiros citados ficaram mais de vinte anos como senadores, pois era vitalício o cargo de senador imperial do Brasil, só João Florentino Meira de Vasconcelos ficou nove anos, porque logo em 1889 veio o golpe do exército contra a monarquia, acontecendo assim a proclamação da República. Em 1890 os primeiros senadores da República foram: Marechal José de Almeida Barreto, Coronel João Soares Neiva e Firmino Gomes da Silveira, pelos nomes de patentes da para notar que ambos são militares. (Moura, 1899, p.43)

Para melhor análise sobre os senadores vitalícios da monarquia e os senadores da República segue um quadro abaixo:

Quadro 1 - Senadores da Paraíba entre 1856-1890

MONARQUIA			
FREDERICO DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE			
Deputado Geral	Deputado Provincial	Senador Imperial	Presidente de Província
1850-1852	1835-1836	1856-1879	1855-1857 PI
1853-1856	1840-1841		1869-1870 PE
			1870-1872 PB
			1876-1876 MA
FLAVIO CLEMENTINO DA SILVA FREIRE			
Deputado Geral	Deputado Provincial	Senador Imperial	Presidente de Província
1857-1860	1842-1843	1869-1889	1853

1869-1862	1844-1845		1854
	1850-1851		1855
	1854-1855		1861
			1876-1877
JOÃO FLORENTINO MEIRA DE VASCONCELOS			
Deputado Geral	Deputado Provincial	Senador Imperial	Presidente de Província
1867-1868	1858-1859	1880-1889	1881 MG
1878-1880	1864-1865		
REPÚBLICA			
MARECHAL JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO			
Deputado Federal	Deputado Estadual	Senador	Governador
		1890	
CORONEL JOÃO SOARES NEIVA			
Deputado Federal	Deputado Estadual	Senador	Governador
		1890	
FIRMINO GOMES DA SILVEIRA			
Deputado Federal	Deputado Estadual	Senador	Governador
		1890	

Fonte: MOURA, José Francisco de (1899) - GALVÃO, Miguel Archanjo, (1894) - Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1889)

Esse quadro revela que todos esses senadores da monarquia já tinham sido deputados províncias e deputados gerais, já os da república nenhum tinha sido deputado federal ou estadual, seria a primeira entrada na política, pelos nomes das patentes já da para ter uma noção que eram militares, a república dos militares.

3.3 Deputados Gerais da Paraíba 1889 e Deputados Federais de 1890-1893

Com os deputados gerais não foi diferente alguns deles já estavam a muito tempo na política, durante o período da monarquia. Analisamos a lista da legislatura vigésima primeira de 1889 que é composta por cinco nomes: Antonio Alfredo da Gama e Mello deputado geral, além de ter sido deputado geral foi cinco vezes presidente de

província, como Miguel Archanjo Galvão (1894) *relações dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brazil no periodo de março de 1808 a 15 de novembro de 1889* fala, na república foi o quarto governador da Paraíba. Irineu Ceciliano Pereira Joffely além de deputado geral foi em 1868-1869 deputado provincial. Franklin Dantas de Góes além de deputado geral foi o pai de João Duarte Dantas, o homem que matou o futuro governador da Paraíba, João pessoa em 1930. Carlos Maximiano Pimenta de Laet entrando na política pela primeira vez, se envolvendo mais na parte cultural. Aristides Graciliano do Prado Pimentel, além de deputado geral foi presidente de três províncias, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais como fala Galvão (1894). A legislatura de 1889 foi dissolvida pós golpe da proclamação da república, então nenhum desses chegou a exercer esse mandato nesse ano pois não foi instalada. (Moura, 1899, p.49)

Já na República a primeira legislatura é composta em 1890-1893, os novos deputados agora federais eleitos assumiram as cadeiras da Paraíba, foram eles: Antonio Joaquim do Couto Cartaxo, ele tinha sido deputado provincial na décima quinta legislatura de 1864-1865, vale ressaltar que seu irmão José Joaquim de Couto Cartaxo foi deputado provincial entre os períodos 1884-1885 sendo que ficou na vaga pois faleceram uns deputados e o outro foi anulado, assim continuou como deputado provincial em 1886-1887, 1888-1889, e em 1890-1891 mas essa foi dissolvida com a Proclamação; Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa que em 1919 se torna presidente do Brasil; Os três últimos foi a primeira vez a entrar na vida pública da política: João Baptista de Sá Andrade formado em 1889 com médico, 1905 se torna um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Tenente João da Silva Retumba, além de deputado federal fez parte do exército e no verbete de LOPES, ele fala que o deputado participou abertamente na revolta armada contra o governo do então presidente Floriano Peixoto, pois era apoiador do Deodoro da Fonseca; Pedro Americo de Figueiredo Além de deputado foi, poeta, filósofo, cientista, pintor BARROS (2006). Nota-se que alguns deputados já tinha sido políticos durante o período da monarquia e continuaram na república. (Moura, 1899, p. 49- 50)

3.4 Deputados Provinciais da Paraíba 1888-1891 e Deputados Estaduais de 1891-1894

Ainda durante a monarquia muitos políticos continuaram por anos em seus respectivos cargos, ou mesmo algum parente próximo, ao analisar a vigésima sétima legislatura de 1888-1889 ainda na monarquia a lista contava com trinta nomes, seis nomes de deputados levantaram curiosidades são eles: Capitão José Campello de Albuquerque Galvão, Tenente Coronel Joaquim Baptista Espinola, Major João Antonio Ferreira, Jovino Modesto Cavalcante de Albuquerque, Dr. Apollonio Zenaydes, José Joaquim de Couto Cartaxo. Mas qual seria essa curiosidade? Esses seis deputados na vigésima oitava legislatura de 1890-1891 continuaram como deputados estaduais, de trinta vagas dessas esses seis continuaram. Em 15 de novembro de 1889 com a Proclamação, a vigésima oitava legislatura foi dissolvida antes mesmo de ser instalada então esses políticos não chegaram a legislar novamente. Já dava para ter uma noção de que a tradição familiar de ter os mesmos nomes, os mesmos integrantes familiares no ramo da política, iriam continuar no poder. (Moura, 1899, p. 71-72)

Vendo isso nessa mesma lista, na oitava de 1890-1891 um nome chama atenção, Clementino Cavalcante de Albuquerque, casado com Maria Lucena Pessoa, que um dos seus filhos seria o décimo governador da Paraíba João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O irmão de Maria Lucena Pessoa é Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa que logo seria décimo primeiro presidente do Brasil. João Pessoa teve um filho chamado Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque que mais tarde seria senador da Paraíba em 1950 após renúncia de Adalberto Ribeiro. Isso só é uma parcela da família política da Paraíba, a elite, a oligarquia Pessoa e Cavalcanti de Albuquerque entrelaçados na política desde a monarquia até mesmo na república como LEWIN, 1993 fala:

PARA OS POLÍTICOS da oligarquia da Paraíba, o pertencer a uma parentela, uma família externa, construía a sua importância afiliação organizacional. As suas cartas particulares confirmavam, de maneira explícita ou nas entrelinhas, que a política se enraizava numa base familiar. (Lewin, 1993, p. 113).

Os políticos da oligarquia até mesmo da família Pessoa, estavam entrelaçados nesse contexto de família, assim uma organização da política para ser manter no poder.

Vale ressaltar que a primeira assembleia constituinte e legislativa da república veio em 1891-1894 depois da proclamação da república, dos trinta deputados na lista quatro chamam atenção: José Lopes Pessoa da Costa estando como deputado

Estadual neste momento, mas já esteve na monarquia como deputado provincial na vigésima segunda Legislatura em 1878-1879, além de deputado geral na decima nona legislatura de 1855; Dr. Francisco Alves da Nóbrega também exerceu mandato como deputado provincial na vigésima primeira legislatura de 1876-1877, além de que seu irmão Antonio Alves da Nóbrega foi deputado provincial na decima quarta legislatura de 1862-1863; Dr. Antonio Marques da Silva Mariz estava na lista de deputados províncias da vigésima oitava legislatura de 1890-1891 que foi dissolvida antes de ser instalada, além de ser deputado federal na segunda Legislatura de 1894-1896; Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques deputado provincial na decima nona legislatura de 1872-1873, mas uma vez demonstra que os políticos que estavam na monarquia continuaram na república fazendo política. (Moura, 1899, p. 73)

4. CONCLUSÃO

A política na Paraíba era voltada a família, essa de elite, com poses, orquestrada por líderes locais e desenvolvida dentro de seus municípios, percebendo-se que muitas dessas famílias estavam desde a monarquia sendo indicadas para estar em cargos políticos até na primeira república. Alguns nomes continuaram exercendo poder, assim passando de pai para filho, de tio para sobrinho, um exemplo denominada da política de parentela, mesmo sem ter o mesmo sangue mais algum tipo de ligação de interesse.

Ao analisar essa pesquisa percebe-se como a elite se portava no governo monárquico, muitos continua em cargos políticos por vários anos, de deputado provincial para deputado geral ou até mesmo senador imperial. Já na República alguns continuaram outros não, os novos nomes que surgiram na Paraíba voltados ao novo governo federal colocados para legislar e governar seguindo a mesma ideologia do governo.

Desta forma os aspectos políticos na Paraíba eram voltados para os interesses de pessoas que tinha influência política em municípios do próprio Estado como em nível nacional, essas pessoas que já tinha um viés de estar sempre no poder de algum jeito. Observando os nomes que continuaram com deputado ou senador na monarquia para a república demonstra como essas pessoas usavam de seu nome para ficar

legislando, ou mesmo familiares, irmãos, cunhados, o vício de querer o nome da família no auge passando por gerações nesse contexto.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, J. Governos; CÂM. DEP. **Deputados brasileiros**; INST. HIST. GEO. PARAIBANO. ODILON, M. Pequeno dicionário.

BARROS, Francisca Argentina Gois. **A arte como princípio educativo**: uma nova leitura biográfica de Pedro Americo de Figueiredo e Melo. Fortaleza. 2006. Tese (Doutorado em Educação)

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Organizações e programmas ministeriaes desde 1822 a 1889**: notas explicativas sobre moções de confiança, com alguns dos mais importantes Decretos e Leis, resumo historico sobre a discussão do Acto Addicional, Lei de Interpretação, Codigo Criminal, do Processo e Commercial, lei de terras, etc., etc., com varios esclarecimentos e quadros estatisticos. Impr. Nacional | Rio de Janeiro, 1889.

CHRISTILLINO, Cristiano; SCHETTINI, Vitória; AMANTIN, Márcia. A crise do Império e o republicanismo. *In*: BRAGA, Flávia. **O que disse a imprensa sobre Brasil Imperial fontes e propostas didáticas para a sala de aula**. São Paulo: Editora Igualdade, 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: A elite política imperial e Teatro de Sombras: A política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FRANKLIN Dantas Corrêa de Góis. **Geni**, 2019. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Franklin-Dantas-Corr%C3%AAa-de-G%C3%B3is/6000000032369573645>.

GOMES, Iordan Queiroz. O ESTADO DA PARAHYBA E A REPRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA: EPITÁCIO PESSOA E A (RE)AFIRMAÇÃO DA TRADIÇÃO FAMILIAR À ÉPOCA DO GOVERNO DE VENÂNCIO NEIVA (1889-1891). *In*: Simpósio Nacional de História, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**, Brasília: Prefixo Editorial: 98711, 2017. p. 1-16.

LEWIN, L. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOPES, Raimundo R. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RETUMBA,%20Jo%C3%A3o%20da%20Silva.pdf>

MOURA, José Francisco de. (org.) **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba**. Parahyba do Norte: Imprensa Official. 1899

PRIORE, M. L. M.. **O Castelo de Papel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.